

Congresso desaprova proposta do Governo

REGINA PIRES

A proposta do ministro da Fazenda, Eliseu Resende, de acelerar a tramitação das questões econômicas na revisão constitucional não foi bem recebida no Congresso Nacional. O deputado Delfim Netto (PDS-SP) garante que o Executivo não tem suporte no Parlamento e que se surpreenderia com uma tendência favorável dos parlamentares. Já o deputado José Serra (PSDB-SP) afirma ser inconstitucional a revisão por etapas e considera "panacéia tentar resolver problemas imediatos de caixa com isso".

"A proposta de antecipar a revisão é minha, mas fazê-la por partes não posso concordar", afirma Serra. O deputado lembra que o maior problema de caixa do Tesou-

ro será enfrentado nos próximos três ou quatro meses. "Falar em revisão, a essa altura, é escapismo".

Privatização — Dar maior agilidade ao processo de privatização, que é outra das principais metas do ministro da Fazenda — ele inclui na lista de privatizáveis empresas de setores estratégicos, como Petrobrás, Telebrás e Eletrobrás —, não é uma proposta bem vista, no momento, no âmbito do PT. O deputado Aloízio Mercadante (SP) diz que os preços de negociação das ações dessas empresas encontram-se aviltados. Ele reclama a falta de uma política setorial, a exemplo do que houve no México. "Lá, foram vendidas as ações com direito a voto, mas o governo preservou as ações preferenciais, vendidas mais tarde quando as empresas foram recuperadas e os valores de negociação

subiram".

Mercadante lembra que as ações da Petrobrás estão valendo cerca de US\$ 1,8 bilhão no mercado, quando, em 1986, valiam US\$ 14 bilhões. "Os papéis da Telebrás, que possui dez milhões de linhas telefônicas, valem US\$ 1,4 bilhão. A Telmex, do México, que possui quatro milhões de linhas telefônicas, vale US\$ 30 bilhões", argumenta o deputado.

Para o deputado Delfim Netto, falar em valor de mercado é sonho: "A estabilidade vem primeiro, a alta depois". Mas ele concorda com a necessidade de definir uma política cuidadosa como a executada no México. "Mas é necessário libertar o governo de um patrimônio oneroso. Valor de mercado é aquele pelo qual se consegue vender".

Em relação ao fim da estabili-

dade dos servidores, defendida pelo ministro da Fazenda, as opiniões também divergem. Para Delfim Netto, "as garantias dos servidores públicos devem ser as mesmas dos funcionários das empresas privadas, com exceção de juizes e procuradores". Mercadante assinala que, "em princípio, o PT é contrário ao fim da estabilidade".

"Os cargos passam a ser ocupados com critérios políticos. A perseguição existe, mesmo havendo estabilidade, com funcionários que pertencem a partidos que estão fora do poder", argumenta Mercadante. A folha de pagamentos não é um problema sério para o caixa do governo, na opinião do deputado, "pois representa 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalendo a quantia paga pela rolagem da dívida pública".